

MAGISTÉRIO MILITAR NAVAL NA EN 1968 – 1985

CF (IM)-Ref Luiz Fernando Lago Bibiani

Ter, manter e usar a memória (no sentido amplo), pelo que de sua análise e consciência podem ser extraídas, é fundamental para o desenvolvimento dos indivíduos, das comunidades, das organizações, das nações. Neste ano em que os dois remanescentes do magistério militar na EN deixam a atividade de ensino forçados pela idade compulsória, este documento visa a preservar dados, mesmo que com lacunas e imprecisões, sobre um período de ensino em Villegagnon – 1968 a 1979, embora o magistério militar tenha existido até 1985.

Agradeço aos colegas professores a quem recorri pelas informações informais, bem como à Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, à DPMM-50 e ao Professor Carlos Alexandre Benjamin pelas documentadas.

Dedico este trabalho ao Comandante Alator Sinch de Campos, essência de Mestre, (a quem pela última vez vi em 1965) e que ainda hoje, às segundas-feiras, entre 14:00 e 16:00 está na sede do Clube Naval esquadrinhando os meandros da Mecânica com seu grupo. Dedico ainda aos oficiais que acreditaram no magistério como forma de engrandecimento da Marinha e encerraram então suas carreiras ao optar pelo ensino.

ANTES DE 1968

O decreto 9.611 de 26/11/1886 reuniu sob a denominação de Escola Naval a Escola de Marinha e o Colégio Naval. Nela seriam realizados o curso preparatório (3 anos) e o curso superior (também em 3 anos)

– constituíam a Companhia dos Aspirantes a Guardas-Marinha - cujos alunos eram militares em regime de internato, além de um curso de Náutica que formava em 2 anos pilotos e cujos alunos eram civis em regime de externato. Para admissão ao preparatório, os candidatos (entre 12 e 14 anos) prestavam provas de português, francês, inglês, história sagrada e geografia física, além de aritmética (que incluía álgebra e geometria). Para admissão ao curso superior, teriam preferência, pela ordem: (i) os que tivessem melhor aprovação no curso preparatório; (ii) os filhos de oficiais da Marinha e do Exército; (iii) os filhos de empregados públicos. O ensino no curso superior era organizado por Seções (Ciências Matemáticas, Ciências Físicas, Ciências Jurídicas, Técnica – profissional naval, Trabalhos Gráficos – apoio, e Acessória – línguas e práticas esportivas), estando nele lotados 8 lentes catedráticos, seus 6 substitutos, além de 14 civis e militares entre professores e instrutores. Os lentes catedráticos e seus substitutos eram CF; e os demais, CT. A Escola lotava 37 servidores civis e militares, além do Diretor (oficial general) e do Vice-diretor (CMG que era o comandante da Companhia de Aspirantes a GM), e estava então sediada desde 1883 na ilha das Enxadas, onde ficou até 1914. Existia uma Congregação (Diretor, Vice-Diretor, todos os lentes catedráticos e os substitutos) que decidia por maioria absoluta de votos e que além de outras funções organizava a classificação dos alunos por ordem de merecimento, os programas e horário de ensino, bem como indicava os livros didáticos a serem consultados. As aulas iam do 1º dia útil após 15 de março até 15 de outubro, pela manhã e/ou à tarde, com duração de uma hora cada uma. Aos exames (os escritos com 2 horas e os orais com 1 hora) eram destinados o restante de outubro e todo novembro, devendo a banca (3 examinadores) votando em “escrutínio secreto e a portas fechadas decidir

- totalidade de esferas brancas – aprovação plena
- maioria das esferas brancas – aprovação simples
- totalidade ou maioria de esferas pretas – reprovação”.

No período antes do novo ano letivo, o corpo discente tinha férias e também cumpria embarque obrigatório. Quanto aos vencimentos, os militares percebiam uma gratificação (Diretor de 6.000\$000, oficial superior 1.800\$000) além de seu soldo; os civis um ordenado e uma gratificação (lente catedrático de 3.200\$000 e 1.600\$000; substituto 2.000\$000 e 1.000\$000). Os Aspirantes a Guardas-Marinha recebiam um soldo.

Já em 30/07/1942, o decreto-lei 4.532 (estávamos em plena 2ª Guerra Mundial, o Congresso tinha sido dissolvido há anos) determinou que o ensino seria ministrado por professores catedráticos (civis e militares concursados, sendo estes transferidos para a reserva remunerada um posto acima) por professores contratados, ambos para as disciplinas não essencialmente militares; e por instrutores para as disciplinas profissionais navais. Era previsto que não haveria transferência acima de CMG e as promoções seriam a CC com 15 anos de serviço público, a CF com 20 anos e a CMG com 25 anos. Para instrução desportiva, seriam contratados civis. Os instrutores (oficiais acima de 1º Ten) o seriam por 3 anos e receberiam uma gratificação. Aos professores catedráticos (civis e militares da reserva remunerada) seria concedida uma gratificação de até 5.000\$000 além do ordenado ou soldo.

O oficial, quando nomeado professor efetivo, era transferido para a reserva remunerada no posto imediatamente superior ao que tinha na ativa

EM 1968

Passaram a vigorar efetivamente a lei 4.128 de 27/08/1962 e o decreto 60.612 de 24/04/1967. É sob estes diplomas legais e sobre seu período de vigência que este documento mais se detém. A lei determinou que o magistério na Marinha abrangia os graus superior, médio e elementar, ficando a orientação e fiscalização técnica e administrativa a cargo da Diretoria de Pessoal da Marinha. Abarcava os Centros de Instrução, as Escolas de Aprendizes Marinheiros, os Cursos de Formação Industrial ou Técnica profissional, de Especialização ou Aperfeiçoamento de Oficiais, de praças e de artífices, da ativa ou da reserva, além do Colégio Naval e da Escola Naval. O magistério seria exercido por:

- Professores efetivos (civis ou militares concursados através de prova escrita, oral e de títulos) para disciplinas teóricas, nomeados pelo Presidente da Re-

pública, em caráter permanente para determinado estabelecimento;

- Professores em comissão (oficiais da Marinha, da ativa ou da reserva remunerada designados pelo Ministro da Marinha por até 4 anos) para disciplinas teóricas, de posto de CT ou superior, devendo seu posto ser inferior ao dos professores efetivos da mesma disciplina;
- Professores contratados (civis brasileiros ou estrangeiros) para disciplinas teóricas;
- Instrutores (militares da ativa designados pelo Diretor Geral do Pessoal da Marinha), para disciplinas técnicas ou militares, para educação física eram previstos civis.

Na falta de professores efetivos, a regência passava a professores contratados e, na falta destes, a professores em comissão.

Cada estabelecimento de ensino, superior e médio, fixava o número de professores efetivos em relação a cada disciplina (mínimo 2) de acordo com o efetivo discente e o currículo. O limite de efetivos no grau superior era de 65.

O oficial, quando nomeado professor efetivo, era transferido para a reserva remunerada no posto imediatamente superior ao que tinha na ativa, não havendo transferência acima de CMG, sendo ainda promovido por tempo de efetivo serviço de modo a atingir o de CF com 20 anos e o de CMG com 25 anos. Podia optar pelos vencimentos dos professores civis efetivos de nível correspondente (os níveis no ensino superior civil são: professor auxiliar, assistente, adjunto e titular, sendo que na EN para o de titular nunca houve promoção); não há notícia de algum professor efetivo militar ter optado pelos vencimentos de civil. Os professores efetivos militares tinham os direitos, vencimentos, vantagens e regalias dos demais Corpos e Quadros da Marinha. A carga horária semanal de aulas para o ensino superior era de 9 horas, não podendo ultrapassar 15. Aos professores só poderiam ser atribuídos encargos de magistério ou de administração dos departamentos de ensino.

Em 24 de abril de 1967, o decreto 60.612 fixou em 47 o número de professores efetivos de ensino superior e em 18 o número de professores efetivos de educação física na Escola Naval, distribuindo-os por 21 disciplinas:

Administração	2
Geografia Econômica	2
Astronomia Náutica	2
História Naval e Militar	2
Balística	2
Inglês	3
Contabilidade	2
Matemática	4
Desenho Técnico	2
Mecânica	4
Direito	2
Merceologia	2
Economia	2
Português	2
Eletricidade	2
Psicologia	2
Eletrônica	2
Química	2
Estatística	2
Termodinâmica	2
Física	4

Na época, a EN era dirigida por um oficial general, tinha um Vice Diretor (CMG), uma Superintendência de Ensino (CMG), um Comando do Corpo dos Aspirantes (CF) e uma Superintendência de Administração (CF). À Superintendência de Ensino eram ligados Departamentos (Matemática, Línguas, Armamento, Máquinas, Física, Química, Ciências Sociais, Armada, Ensino de Intendência, Operações de Desembarque). O corpo docente era constituído por poucos civis (ne-

nhuma professora), a maioria dos quais na educação física e como técnicos de equipe, além de professores em comissão, professores catedráticos (regidos pela lei anterior) e instrutores.

Com base na lei e decreto acima citados, a EN, no 1º semestre de 1968, realizou concurso para preenchimento das vagas. A Ordem de Serviço 25 de 26/04/1968 designou os presidentes das bancas examinadoras (3 membros) do concurso para provimento do cargo de Professor efetivo da Escola Naval nas disciplinas: Balística, Contabilidade, Desenho Técnico, Direito, Economia, Educação Física, Eletricidade, Eletrônica, Estatística, Física, Geografia Econômica, História Naval e Militar, Inglês, Matemática, Mecânica, Merceologia, Português, Psicologia, Termodinâmica.

No 1º concurso foram aprovados e transferidos (já no novo posto) o CMG Protógenes, o CF Vellozo, o CF Brandão, o CF Tácio, o CC Parisi, o CC (IM) Marco Aurélio, o CT Porto, o CT(IM) Bibiani e o CT (A-FN) Lourival.

A listagem abaixo relaciona todos os militares (42) que se tornaram professores efetivos na vigência desta lei. Infelizmente, não tive condições de levantar sobre os professores efetivos civis; é uma das lacunas, por falta de memória e de fontes de consulta. Nela, o Posto é o em que o oficial passou para a reserva remunerada; Assunção é a data em que se apresentou à EN: nota-se que alguns o fizeram antes do concurso, mas todos exerciam funções de ensino; Disciplina é a em que foi aprovado. Ressalto que estão agrupados por ano do concurso e neste por posto.

Posto	Nome	Assunção	Disciplina
1968			
CMG	Hugo Protógenes Guimarães	03/68	Termodinâmica
CF	Annibal Malta Ferraz Velloso	07/68	Psicologia
CF	Ayrton Brandão de Freitas	09/68	Educação Física
CF	Tácio Luiz de Carvalho e Silva	09/65	Matemática
CC(EN)	Celso de Almeida Parisi	07/68	Termodinâmica
CC(IM)	Marco Aurélio Coutinho	07/62	Merceologia
CT	Antônio Luiz Porto e Albuquerque	07/68	História Naval
CT(IM)	Luiz Fernando Lago Bibiani	07/68	Merceologia
CT(A FN)	Lourival Souza	07/68	Inglês

1969			
CMG	Luiz Joaquim Campos Alhanati	03/64	Mecânica
CMG(IM)	Leo Fonseca e Silva	10/69	História Naval
CMG(IM)	Luiz Carlos Albuquerque Santos	03/59	Geografia Econômica
CF	Roberto Carlos do Vale Ferreira	01/70	Direito
CF (FN)	José Nelson de Moura	09/68	Desenho Técnico
CF (FN)	Célio Cordeiro Filho	11/69	Educação Física
CF	Ubiracy da Silva Peixoto	07/68	Eletrônica
CC (EN)	Marcio Edmundo Silva Sales	09/69	Mecânica
CC (EN)	Carlos Fernando Martins Pamplona	09/69	Mecânica
CC (FN)	Lamartine Pereira da Costa	09/69	Educação Física
CC (FN)	Dante Manoel da Rocha Santos	01/70	Educação Física
CC(IM)	Manoel José Gomes Tubino	11/69	Educação Física
CC	Fernando Born Caldeira de Andrada	08/70	Balística
CC	José Emílio Turano Bastos	02/71	Física
1971			
CF (IM)	Maurício Alves dos Santos	06/68	Economia
CF	Agostinho Fortes Bithencourt Pereira	09/66	Eletrônica
CF	Guido Ferolla	03/72	Eletricidade
CC	Eduardo Winklewski de França	02/72	Mat e Proc. de Fabricação
CC	Carlos Peres Quevedo	03/72	Eletrônica
CC	Maurício Magarinos de Souza Leão	02/72	Resistência dos Materiais
CC	Antônio Luiz de Oliveira Dantas	02/72	Mat e Proc. de Fabricação
CC(EN)	Roberto Galli	02/72	Estatística
CC	Umberto Gusmão Chaves	08/71	Transmissão do Calor
CC	Paulo Fernandes Nantes da Silva	12/71	Física
CC(FN)	Acacio Muralha Júnior	05/73	Resistência dos Materiais
CC(FN)	Sylvio Ferreira da Silva	09/71	Desenho Técnico
1973			
CMG	Carlos Victor Portinho S. Correa	01/74	Administração
CMG(IM)	Martinho Cardoso de Carvalho	06/68	Contabilidade
CC	Antônio Machado de Mello Júnior	08/68	Administração
CC(FN)	Oscar Santiago Rodrigues	06/74	Economia
CC	Paulo Murillo de Souza Araújo	02/74	Transmissão de Calor
CC	José Luiz Correa de Almeida	02/74	
CC	Paulo Affonso Petrassi	02/74	Balística

O fato é que o magistério naval não provocou interesse entre a oficialidade em seus 4 concursos – 1968, 1969, 1971 e 1973 – embora dos aprovados boa parte fosse da “banda” de suas turmas, inclusive

o 01 de uma delas, Comandante Quevedo. O distintivo do magistério era uma estrela “cheia” de cinco pontas acrescida ao do Quadro/Corpo de origem do oficial. Não houve um Quadro de Magistério (embora

o “tico-tico” – Boletim de Corpos e Quadros de Oficiais – registre sua existência, os professores militares eram listados após seus Quadros/Corpos de origem como sendo da reserva remunerada. Na prática, foram da reserva remunerada, por ato do Presidente da República, “reconvocados” (nunca houve registro desta reconvocação) e a seu tempo passaram para a reserva remunerada (inatividade) por ato do Ministro da Marinha. Como militares, davam aulas fardados, não davam serviço de pernoite ou de Sala de Estado, podiam em paralelo ter emprego ou funções em empresas e órgãos públicos, compareciam a todas as cerimônias na Escola, episodicamente a representações, participavam de cursos, comissões de trabalho e bancas examinadoras de concursos. Ao menos dois professores (Comandante Luiz Carlos e Santiago) participaram de viagem de instrução, outro (Comandante Quevedo) assumiu a Superintendência de Ensino (SE) em certa época, tendo o Comandante Tácio, já na inatividade, sido Superintendente de Ensino por muitos anos. Cursaram a Escola Superior de Guerra (ESG) os Comandantes Luiz Carlos, Protógenes, Célio e Porto. De forma geral, o professorado militar não assumiu funções administrativas ligadas ao ensino, à exceção do início, em 1968, quando as Divisões de apoio da SE foram chefiadas por curto período pelos Comandantes Parisi, Marco Aurélio e Tenente Lourival. Bem maior participação teve o então CT Porto, que assumiu diversas incumbências – Museu, Biblioteca – tendo, nas pesquisas que fez em Portugal, constatado que a Escola Naval originou-se em 1782, sendo assim o mais antigo estabelecimento de ensino Superior do Brasil (há artigo sobre o assunto na primeira edição da “Revista de Villegagnon”).

Mas a chegada dos professores efetivos civis e militares provocou/coincidiu com uma série de projetos que movimentaram Villegagnon: a instalação do computador para fins educacionais IBM 1130 (ficava na atual sala da Formar), o que foi a partida para uma onda de informatização na Escola; a realização anual dos Encontros de Professores e Instrutores da Escola Naval (EPIEN), que não eram obrigatórios, mas registravam grande presença e debates muito pertinentes sobre o ensino; um grande número de simpósios e cursos, que eram assistidos pelos professores sem a isso estarem obrigados; um crescimento no rendimento e resultados esportivos, máxime nas competições entre Escolas Militares; o reconhecimento pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) do curso da Escola Naval como de nível superior e da graduação em Ciências

Navais que então passou a ser conferido aos concluintes do estágio escolar; a adoção temporária da Engenharia Operacional em 1969 que tinha a finalidade de atrair jovens para a carreira naval; a instalação de laboratórios de eletricidade, eletrônica, mecânica, de resistência de materiais e processos (ficavam onde hoje é o Departamento de Saúde); a implantação da Formação Diversificada (anos 70) em que os Aspirantes da Armada, Fuzileiros e Intendentes deviam escolher entre quatro habilitações: Mecânica, Eletrônica, Sistemas (de armas) e Sistemas (de administração): isto levou a que, por exemplo, um Aspirante intendente optasse por Mecânica, levando à elevação do número de turmas, algumas com três alunos, e posteriormente levando a que os IM obrigatoriamente habilitassem-se exclusivamente em Administração (HA), a Armada em HM, HE e HS e os FN em HM e HE; a criação, por grupo de trabalho de professores que visava à classificação única dos Aspirantes da Armada, dos fuzileiros e dos intendentes, por ano, e que criou uma fórmula que tinha um fator “k” que era o equalizador e sobre o qual o Comandante Caldeira foi o relator.

A SE, ao longo do período, deixou de ligar-se a Departamentos e passou a ter subordinados Centros, aos quais se ligavam as disciplinas (passou a existir mais um nível administrativo); mais tarde as disciplinas foram reunidas em coordenações, dentro dos Centros. Inicialmente foram o CCS (Psicologia, Merceologia, Contabilidade, Economia, Geografia Econômica, Direito, História Naval e Militar, Português, Inglês e Administração), o CCB – Centro de Ciências Básicas, logo depois nominado CTC (Mecânica, Eletrônica, Geociências, Física, Matemática, Desenho Técnico, Estatística) e três outros Centros – o de Coordenação e Controle CCC (absorvido pelo CAA), o de Coordenação de Sistemas (de Armas, que foi absorvido pelo CTC) e o Centro de Apoio Administrativo (CAA). O ensino das matérias profissionais inicialmente ficou a cargo de um Departamento com Divisões de Guardas-Marinha, da Armada, de Intendência e de Fuzileiros Navais; posteriormente foi criado o CPN (Centro Profissional Naval). A Educação Física sempre teve tratamento diferenciado em função de seus horários e práticas. Além dos professores efetivos militares, lotou professores efetivos civis, auxiliares militares e civis e técnicos contratados para as diversas equipes. Sempre esteve ligada ao ComCA como um Departamento, a não ser por curto período em que se ligou à SE. É desta época o SOEP (Setor de Orientação Pedagógica), volta-

do para o corpo docente, e o SOE (Setor de Orientação Educacional), voltado para o corpo discente. Foram instalados laboratórios de Eletricidade, Eletrônica, Mecânica, Resistência de Materiais e Processos (ficavam onde hoje é o Depto. de Saúde). Por aquela época, os testes e provas deixaram de ser mimeografados a álcool e passaram a ser xerocados; as aulas passaram a ser avaliadas; passou-se a adotar preponderantemente livros didáticos em vez de apostilas e folhas de informações impressas na gráfica da Escola, de autoria de professores e instrutores.

O certo é que a existência de professores efetivos (e resalto os civis, a princípio em pequeno número) auxiliou a provocar alterações nos procedimentos em Villegagnon.

A necessidade de docentes para disciplinas decorrentes da Formação Diversificada, a não realização de novos concursos, levou à contratação de professores e professoras (muitos deles depois concursados) como celetistas, depois estatutários.

Então foi sancionada a lei 6.498 de 07/12/1977, que na prática encerrou o magistério militar naval, visto que se por um lado tirava atrativos para a oficialidade na ativa, por outro impunha aos então professores efetivos militares três opções, a qual foi por todos exercida até 01/05/1979:

- permanecer como professor efetivo militar, continuando a carreira (optaram 16, os Comandantes Luiz Carlos, Protógenes, Leo, Célio, Brandão, Dante, Lamartine, Lourival, Ubiracy, Fortes, Ferolla, Tubino, Quevedo, Turano, Pamplona e Nantes);
- passar efetivamente para a inatividade no posto então ocupado, assumindo imediatamente emprego de professor civil do Magistério Superior da Marinha – a princípio como celetistas e depois como estatutários – (optaram 11, os Comandantes Tácio, Porto, Marco Aurélio, Bibiani, Dantas, Muralha, Sylvio, Santiago, Martinho, Petrassi e Caldeira);
- passar efetivamente para a inatividade no posto então ocupado (optaram 10, os Comandantes Parisi, Alhanati, Maurício, Mello Júnior, Galli, Gusmão, Serzedello Correa, Winhkewski, Magarinos e Valle Ferreira).

Alguns, por motivos diversos, já tinham deixado o magistério – Comandantes Velloso, Edmundo e Moura.

Considero que 1985 é o final do período do magistério militar, pois naquele ano foi para a inatividade o último dos que em 1979 optaram por continuar a car-

reira, o Comandante Quevedo; mas o divisor de águas foi 1979, quando a partir de 01/05/1979 o corpo docente tomou três rumos.

Período em que a razão de ser da existência do magistério militar naval em Villegagnon – o corpo discente – passou também por transformações, acompanhando as que ocorriam no mundo exterior à nossa Ilha. Não é só por saudosismo lembrar aos que vivenciaram e informar aos que cá não tinham ainda chegado que tempo houve em que:

- as licenças dos Aspirantes, sempre de jaquetão ou branco com espadim e luvas, eram a partir de 11:00 dos sábados, nenhuma turma sendo liberada se na Escola alguma mais antiga ainda estivesse a bordo;
- o regresso das licenças do fim de semana eram no domingo até 22:00 (1º ano), 23:00 (2º ano), 24:00 (3º ano) e 06:00 das segundas-feiras para o 4º ano;
- na Marinha o uniforme, determinado pelo Distrito Naval, era normalmente o jaquetão (entre março e outubro) e o branco (entre outubro e março);
- os Aspirantes tinham 3 uniformes internos além do “oitavo” (bermuda cinza e camiseta branca): o mescla (calça e camisa mescla de manga comprida abotoada), usado durante o dia em rotina normal e após a Bandeira aos sábados, domingos e feriados; o branco e o “cheviot” (azul-marinho escuro, um suplício pois seu tecido “espetava” a pele) nas rotinas de domingo. A cobertura era o caxangá, sendo que o dos oficiais alunos em certa época tinha um debrum azul;
- as capas de boné, de pano, eram semanalmente engomadas e ao serem montadas nos quepes deviam formar um “peito de pombo” na parte traseira – era um de nossos diferenciais dos colegas cadetes do Exército (as capas dos quepes bem esticadas) e da Aeronáutica (idem bem amassadas, indicativo do uso de fones quando pilotavam);
- o colarinho da camisa usada com o jaquetão era engomado semanalmente e preso à camisa pela parte de trás, pelo botão do colarinho;
- o Corpo de Aspirantes era servido à francesa, cada mesa do rancho ocupada por uma fileira de cada pelotão do Batalhão Escolar;
- só oficiais e suboficiais, de terno, eram licenciados à paisana – a Marinha foi a última Força a permitir o paisano esporte para todos;
- a condução para e de terra para os Aspirantes já teve como “ponto” o prédio da ESSO (onde hoje está o IBMEC, junto ao Obelisco), o prédio da Bolsa de Valores na praça XV;

- uma pasta de couro marrom era a única peça a ser portada pelos Aspirantes licenciados, vedada qualquer outra e nunca embrulhos;
- antes da construção do aeroporto Santos Dumont, a chegada e saída da Escola Naval era por mar (do e para o cais da Bandeira);
- existiu uma ponte de atracação para recebimento de gêneros e atualmente só existe um pontão com um canhão (fica em frente à coberta de rancho da guarnição);
- durante anos as únicas mulheres com acesso à parte alta da Ilha eram a bibliotecária e sua assis-

te (a biblioteca ficava onde hoje estão as salas de Companhia.

A parte final do trabalho, ao qual acresci dados além de seu escopo, objetiva a que Você, leitor, lembre outros fatos e usos de sua época em Villegagnon e registre-os, encaminhando-os para a SE de nossa Escola, que saberá para onde direcioná-los. A finalidade é uma das que moveu os Neanderthais ao gravarem figuras em suas cavernas: manter a memória para que, talvez um dia, fossem ser usadas.